

O Petróleo é do Povo Brasileiro e a Petrobrás Também! Seminário capacitou militantes para atuarem na Campanha



Atividade foi realizada em Curitiba e reuniu lideranças e militantes de diversos movimentos populares

O Sindipetro PR/SC, em parceria com a Coordenação dos Movimentos Sociais [CMS] e a CUT, promoveu no dia 25 de abril o Seminário Estadual de Formação e Organização da Campanha "O Petróleo é do Povo Brasileiro e a Petrobrás Também!". O objetivo foi capacitar militantes dos movimentos populares para atuarem junto à campanha e também sensibilizá-los sobre a importância das mega-reservas do Pré-Sal para a conquista da soberania nacional. Palestraram no evento personalidades políticas do campo de esquerda, como o coordenador nacional do MST, João Pedro Stédile, o secretário-geral do PCB, Ivan Pinheiro, e o assessor político da FUP, Henrique Jäger.

Ivan Pinheiro foi o primeiro a falar. Ele fez um resgate histórico da campanha unificada em defesa das estatais nos anos 90 e avaliou como positivo o cunho político e ideológico da campanha. "Gostei muito dessa iniciativa e também dos materiais da Campanha produzidos pelo Sindicato, onde se fala em empresa pública e não estatal,

porque muitas vezes as estatais estão a serviço da burguesia, em detrimento do povo e do desenvolvimento do país".

O assessor da FUP disse que é preciso que a Campanha rompa com as amarras do corporativismo. "O petróleo não é meu, nem seu, ou da Petrobrás. Ele é do povo! O que está em jogo é 50% da matriz energética do país", pontuou Jäger, alertando também que a nossa referência ainda é a Lei 2004, que garante o monopólio estatal (ver pág 2*).

Já o líder do MST abordou a crise do capital e as ações que devem ser tomadas pelas organizações populares para enfrentá-la. "Talvez essa seja a primeira crise sistêmica mundial. Porque na de 1929 nenhuma grande instituição financeira quebrou, apenas pequenos bancos, bem diferente do que acontece hoje. Até Cuba está pagando pela crise e não é um país capitalista. E se ela é sistêmica e mundial, também é verdade que será longa e profunda. Temos que nos preparar e saber para onde e como ir". Para Stédile, existem ações clássicas dos capitalistas

para sair da crise. "Eles abusam cada vez mais dos trabalhadores, aumentando o grau de exploração sobre quem gera riquezas. Também captam recursos das periferias do capitalismo, ou seja, o império retira riquezas dos países mais pobres para sair mais depressa da crise. Eles também reutilizam o estado, pois é o único poder instaurado na sociedade que tem a capacidade de reunir a mais valia de todos. E, por último, mas não necessariamente nessa ordem, se apropriam dos recursos naturais das nações. O capitalismo procura proteger seu capital em recursos naturais, porque é onde se realiza a maior taxa de lucro". Sobre a relação com o petróleo, João Pedro foi incisivo. "Se antes era apenas uma questão de soberania, agora é fundamental protegermos nossas reservas de petróleo da sanha do capital. A Agência Nacional do Petróleo é o cartório da burguesia, já que legaliza a propriedade privada do petróleo através de seus leilões".

O Seminário aconteceu no Cepat, em Curitiba, e contou com a presença de mais de cem pessoas.

*Petróleo: restaure-se a moralidade

"(...) um verdadeiro balanço dos dez anos da lei nº 9.478 nunca foi feito, deixando o brasileiro comum desinformado de fatos sobre o inaceitável desvio da nossa riqueza. A sociedade precisa ser conscientizada de que essa lei de 1997, imposta no período de plena vigência do regime neoliberal que acabou por levar a humanidade à atual tragédia econômica e industrial, permitiu a entrada de empresas estrangeiras no país, que são donas do petróleo descoberto e o remetem para onde querem. Deixam muito poucos tributos no país, fato hoje reconhecido até por elas próprias. Estas empresas não desenvolvem tecnologia aqui e nem contratam trabalhos da engenharia brasileira. Poucos bens e serviços adquirem localmente, durante a fase dos investimentos, que é a etapa dos grandes gastos, e não empregam nosso pessoal especializado. Nos jornais brasileiros, com certa frequência, são publicadas matérias pagas, como se fossem artigos, assinadas por pessoas muito bem remuneradas, defendendo a não modificação da atual lei do petróleo. Dentre as muitas inverdades despididamente registradas, destacam, por exemplo, que as descobertas de petróleo depois de 1997, inclusive o pré-sal, são consequência da aprovação da "lei do petróleo" (nº 9.478), que substituiu a "lei do monopólio" (nº 2.004), de 1953, sancionada por Getúlio Vargas. Na verdade, quem descobriu muito petróleo no Brasil, mesmo depois de 1997, foi a Petrobrás, com exuberante índice de acertos, graças aos desenvolvimentos tecnológicos conseguidos por uma equipe altamente capacitada. Considerando que a Petrobrás não seria esta empresa de sucesso se não tivesse existido o monopólio, a totalidade das descobertas depois de 1997 ainda é crédito da "lei do monopólio", em que pesem os investimentos privados."

**Trecho de brilhante artigo de Sérgio Ferrola e Paulo Metri, "Petróleo: restaure-se a moralidade", veiculado no Correio da Cidadania, no dia 5 de maio de 2009.*

FUP assina acordo com a TBG e garante pagamento da PLR 2008

A FUP e os sindicatos Paraná/Santa Catarina e Unificado do Estado de São Paulo assinaram no dia 04 de maio o acordo para pagamento da PLR 2008 dos trabalhadores da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG), conforme aprovado pela categoria nas assembleias realizadas no mês passado. A FUP garantiu o pagamento integral da PLR, nos mesmos moldes acordados com a Petrobrás e na mesma data, ou seja, no dia 05/05. Este é o segundo acordo de PLR assinado pela Federação com a TBG, estendendo para os trabalhadores da subsidiária o que foi conquistado pela categoria.

A greve de cinco dias em março garantiu avanços em relação ao montante que havia sido provisionado para a PLR, elevando de 4,17% para 4,5% o percentual sobre o lucro do Sistema Petrobrás. Os R\$ 2.000,00 lineares conquistados ampliaram o valor da PLR, principalmente para os trabalhadores do regime administrativo e os que estão situados nas faixas salariais mais baixas. No entanto, a maior vitória deste acordo foi estender o que foi conquistado para todos os trabalhadores do Sistema, garantindo que os mesmos valores pagos pela Petrobrás sejam praticados também para os trabalhadores da TBG, Refap e Petroquisa, empresas que fecharam o ano de 2008 com prejuízos. *Fonte:FUP*

Direção do Sindipetro PR/SC esclarece o desconto assistencial referente ao acordo da PLR 2008

Durante as assembleias realizadas no dia 27 de março foi aprovado o acordo da Participação nos Lucros e Resultados [PLR] 2008, assim como autorizou o desconto assistencial de 1% sobre o salário básico, parcelado em duas vezes [0,5% em cada mês], a ser revertido integralmente na forma de abono aos sete funcionários do Sindipetro Paraná e Santa Catarina.

A efetuação do desconto passa pela manifestação individual da vontade de cada petroleiro. Desse modo, as assembleias também deliberaram que a carta de oposição à dedução assistencial deverá ser apresentada diretamente ao Sindicato, e não mais ao RH da empresa, como era feito nos anos anteriores.

Para cumprir com as decisões da sua instância maior, ou seja, a assembleia, o Sindicato, por meio de sua Diretoria Executiva, determinou o prazo de um mês, contado a partir do dia 04 de maio, para recepcionar as cartas de oposição ao desconto assistencial, em recusa à contribuição para o abono anual dos funcionários do Sindipetro PR/SC.

:: Operacionalização do direito de recusa

A oposição ao desconto será aceita, única e exclusivamente, mediante apresentação de carta padrão disponível na sede do Sindipetro PR/SC, em Curitiba, nas regionais sindicais [São Mateus do Sul-PR e Paranaguá-PR], ou ainda no Sindicato dos Mecânicos de Joinville-SC [endereços disponíveis abaixo], e entregue pessoalmente nos mesmos locais. Ela deverá ser preenchida de cunho próprio e assinada. Os casos de impedimento por força maior quanto à manifestação na forma e prazo estipulados serão avaliados pela Diretoria Executiva.

:: Orientações gerais

- Documento necessário a ser anexado ao pedido: cópia frente e verso do crachá de identificação funcional (dispensado aos filiados por já estarem cadastrados no sindicato).
- A recepção dos pedidos acontecerá nos locais indicados até 04 de junho de 2009, nos horários das 09h00 às 12h00 e das 13h30 às 18h00, de segunda à sexta-feira.
- Solicitações encaminhadas por outros meios e/ou através de terceiros (via correio eletrônico, através de procurações, etc.) serão desconsideradas.

:: Endereços para entrega da carta de oposição

Sede do Sindipetro PR/SC: Rua Lamenha Lins, 2064, Rebouças, Curitiba.
Regional de São Mateus do Sul-PR: Rua Paulino Vaz da Silva, 535, Centro.
Regional de Paranaguá-PR: Rua Odilon Mader, 480, Estradinha.
Regional de Joinville-SC: Rua Elly Soares, 127, Bairro Floresta.

Reflexões sobre a PLR dos petroleiros e as contradições presentes na categoria

Historicamente o Sindipetro tem convicção política classista, ou seja, trava batalhas que visam melhorar não só a vida dos petroleiros por ele representados, mas sim para todo o conjunto da classe trabalhadora. Um exemplo claro disso é a atuação junto aos terceirizados e também aos movimentos sociais

Está sempre engajado no processo de transformação da sociedade em direção à democracia e ao socialismo. Essa ideologia é praticada desde 1984, quando finalmente terminou o período de 20 anos de intervencionismo militar no Sindipetro. Não se trata de uma convicção exclusiva da atual Diretoria. É fruto da organização e concepção política dos petroleiros, tanto do passado, quanto do presente, e, quiçá, do futuro.

Toda essa explanação sobre a história do Sindicato se faz necessário para abordar um assunto que está na pauta da categoria: o desconto assistencial de 1% do salário básico a ser revertido integralmente ao abono anual dos funcionários do Sindipetro PR/SC. Nos últimos dias chegaram até a entidade algumas mensagens de petroleiros que se opõem ferrenhamente à contribuição e também ao procedimento adotado para recusá-la. Esquecem esses trabalhadores que a conquista do acordo da PLR 2008 é fruto da luta da categoria, mas também se deve ao trabalho dos funcionários do Sindicato, que não pouparam esforços para manter toda a

estrutura necessária durante os cinco dias de greve.

Nesse momento, é preciso refletir sobre qual é a resposta que vamos dar a esses trabalhadores do Sindicato. Será que iremos ignorar todo o esforço praticado por eles para que conquistássemos uma PLR melhor? Vamos fingir que não engordamos nossos bolsos com quase duas dezenas de milhares de reais (para alguns esse valor foi ainda maior) e negaremos, a ferro e fogo, o desconto de R\$ 10, R\$ 20,00 (...) nos nossos salários, que serviria como uma forma de valorizá-los e agradecer pelos serviços prestados não só na greve, mas a cada dia? Negaremos toda nossa história em nome da mesquinha? Esses são alguns questionamentos que se fazem necessários. Até onde sabemos, não há registros de epidemia da 'Síndrome do Tio Patinhas'. Definitivamente,

Livre-se da 'Síndrome do Tio Patinhas'

nossa palavra de ordem não é, nem pode ser, CONTRADIÇÃO!

:: Quadro de Funcionários

Armando Alves Marcolino [Sorriso], assistente administrativo.

Cleci Luisa Sgorla [Ketty], coordenadora de finanças.

Davi S. Macedo, jornalista e assessor de comunicação.

Fabiano Teixeira, técnico em informática.

Izabel Pereira dos Santos, auxiliar de serviços gerais

Leila Fátima Luz, secretária / atendimento ao público.

Mariley O. Santana, assistente administrativo [Regional de São Mateus do Sul-PR].

Sindicato inicia processo de devolução do Imposto Sindical

Como acontece em todos os anos, o Sindipetro PR/SC devolverá 60% do valor descontado na folha de pagamento do mês de março a título de Imposto Sindical. Todo trabalhador sindicalizado poderá resgatar a parcela do Imposto Sindical destinada às entidades de base de organização de classe. Para isso, basta enviar correspondência eletrônica ao e-mail da Secretaria Geral do Sindipetro PR/SC (secretaria@sindipetroprsc.org.br),

até o dia 31 de julho, contendo as seguintes informações:

- Nome Completo;
- Nº da Matrícula na Petrobrás;
- Dados Bancários:

- Nome da instituição (BB, CEF...)
- Nº da agência bancária
- Nº da Conta Corrente/Poupança

O Imposto Sindical está previsto na Consolidação das Leis do Trabalho, entre os artigos 578

e 610, e consiste no desconto em folha de um dia de trabalho por ano (equivalente a 3,33% do salário), sempre no mês de março. É utilizado para o financiamento das entidades sindicais e Ministério do Trabalho. O Sindipetro PR/SC, por convicção política, não concorda com qualquer contribuição obrigatória nos vencimentos do trabalhador. Dessa forma, dá a opção aos sindicalizados de resgate da parcela destinada ao Sindicato.

Nova ação para aposentados: Níveis do PCAC

Na implantação do novo PCAC (Plano de Cargos e Avaliação de Carreiras), em 2007, foi negociado entre a FUP e a Petrobrás a reposição de níveis salariais para o pessoal da ativa que tiveram sua carreira de progressão congelada durante o período de janeiro de 1995 a Janeiro de 2002. Todos os trabalhadores da ativa que não receberam aumento por mérito nestas datas foram contemplados.

A Petrobrás mais uma vez discriminou os aposentados que na ativa estavam neste período integralmente ou em parte, não os contemplando com os referidos níveis salariais.

Diante disso, o Sindipetro PR/SC, por meio de sua assessoria jurídica, convoca os aposentados enquadrados nas condições acima para se habilitarem na ação jurídica que postula junto à Petrobrás/Petros a isonomia na reposição de aumentos por mérito, acordada e paga ao pessoal da ativa.

Quem deve ingressar com a ação?

Quem trabalhou todo o período (1995 a 2002), se aposentou após, e não recebeu os 4 níveis neste período tem esse direito, mesmo que proporcionalmente. Por exemplo: se recebeu 3 níveis tem direito a 1 nível, ou se recebeu 2 níveis tem direito a outros 2 níveis, e assim sucessivamente.

Mesmo quem não trabalhou todo o período (se aposentou antes de 2002) poderá ter

direito proporcional, pois matematicamente a empresa reconheceu 1 nível a cada 21 meses, ou a cada 1 ano e 9 meses. Logo, quem trabalhou até 1 ano e 3 meses após 1995 deve ter direito a 1 nível, pelo menos, e assim consecutivamente. Por

exemplo: se aposentou em outubro de 1997 e não recebeu nível, tem direito a 1 nível, e assim por diante, a cada 21 meses.

Esta condição pode ser verificada pelos aumentos salariais lançados na Carteira Profissional ou na Ficha de Registro do Empregado (FRE) durante o período.



Documentos necessários para ingressar com a ação

- Procuração - Disponível no Sindicato
- Contrato de honorários - Disponível no Sindicato
- Termo de Assistido e de Situação Econômica - Disponível no Sindicato
- Cópia da Carteira de Trabalho (Qualificação, Foto e Contrato de Trabalho)
- Ficha de Registro de Empregado - Se possuir
- Cópia do RG e CPF
- Cópia do Comprovante de Residência Atualizado

Proposta de Sindicalização

Nome: _____ Nome de Guerra: _____
 Sexo () M () F Nascido em: ____/____/____ Cidade: _____ Estado: _____
 Admissão na empresa: ____/____/____ Nível Salarial: _____
 Empresa: _____ Matricula: _____
 Aposentadoria: ____/____/____ CB: _____
 CPF: _____ Cargo/Função: _____ Setor: _____
 Gerência _____ Órgão: _____
 End. Res.: _____ nº _____ Bairro: _____
 Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____ - _____
 Tel Res.: (____) _____ - _____ Tel Com: (____) _____ - _____
 E-mail: _____

() **Aposentados** - Autorizo o desconto em folha de pagamento do valor correspondente a 0,8% do rendimento bruto (INSS+Petros).

() **Ativos** - Autorizo o desconto em folha de pagamento do valor correspondente a 2,5% do salário básico.

_____, _____ de 2008.

assinatura